



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2016.0000371095**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0008633-73.2008.8.26.0566, da Comarca de São Carlos, em que é apelante MARIA ISABEL AMARAL (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA), é apelado VINICIUS RAMÃO NERES (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)).

**ACORDAM**, em 34ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Conheceram e negaram provimento. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores GOMES VARJÃO (Presidente sem voto), SOARES LEVADA E ANTONIO TADEU OTTONI.

São Paulo, 1º de junho de 2016

**KENARIK BOUJIKIAN**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Apelação nº: 0008633-73.2008.8.26.0566

Apelante: Maria Isabel Amaral

Apelado: Vinicius Ramão Neres

Comarca: São Carlos

Juiz de Direito: Themístocles Barbosa Ferreira Neto

**VOTO Nº 6267**

EMENTA: Apelação. Ação de indenizatória. Acidente de Trânsito.

1. A narrativa da dinâmica do acidente contida na petição inicial foi confirmada pela prova colhida nos autos.

2. Em contrapartida, a ré não se desincumbiu do ônus do inciso II do artigo 333 do CPC, não provando oportunamente a existência do fato modificativo, extintivo ou impeditivo do direito autoral.

3. Logo, deve prevalecer a versão do autor no sentido de que a ré agiu de forma imprudente, ao dirigir o seu veículo, no interior do estacionamento do supermercado, sem observar os cuidados exigidos a todo motorista, o que acabou gerando o atropelamento do autor, do qual exsurge o dever de indenizá-lo, nos termos do arts. 186 e 927, do Cód. Civil.

4. Quanto aos danos materiais, o juiz singular consignou, acertadamente, que os únicos recibos que dão conta do efetivo gasto no tratamento do menor são os de fls. 45 (R\$ 150,00), fls. 47 (R\$ 30,94), fls. 48 (R\$ 110,00) e fls. 58 (R\$ 70,00), motivo pelo qual não se faz necessária nenhuma consideração sobre os documentos de fls. 21/39, 46, 51, 56, 59 e 60. Inexistência de elementos aptos a infirmar a idoneidade dos documentos de fls. 45 e 58.

5. Danos morais configurados. No caso em tela, o autor foi acometido das sequelas referidas nos autos, bem como foi exposto, por tempo prolongado, a tratamento de saúde, o que causa dores e abalos atroz, ainda mais em pessoa de tenra idade, o que é suficiente para configurar o dano moral.

Recurso não provido.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Vistos.

Maria Isabel Amaral interpôs apelação (fls. 256/260) contra a r. sentença (fls. 233/253) que julgou parcialmente procedente a ação, para condenar a ré: a) a pagar ao autor, indenização por danos materiais de R\$ 360,94, devidamente corrigidos, a partir da data do ajuizamento desta ação e acrescidos de juros de mora, estes contados a partir da citação; b) a pagar ao autor indenização pelos danos morais a ele infligidos, do valor de R\$ 13.560,00, corrigido, nos termos da Súmula 362 do STJ, a partir da data da publicação da sentença, e acrescidos de juros a partir da citação. Diante da sucumbência parcial e recíproca, as custas do processo foram repartidas pela metade entre as partes, compensando-se os honorários advocatícios, fixados em R\$ 678,00, com observância ao que estabelece o art. 12, da Lei 1.060/50.

Pugna a ré pela reforma da sentença, para que a ação seja julgada improcedente, alegando, em síntese, que a culpa pelo atropelamento é dos pais do menor de 04 anos, que o deixaram solto no estacionamento do supermercado. Acrescenta que inexistem provas da culpa exclusiva dela, tal como observado pelo parecer do Ministério Público. Sustenta, também, que o laudo pericial de fl. 31 não demonstrou a existência de prejuízos ao menor. Assevera, ademais, que os documentos de fls. 21/39 não se prestam a comprovar os danos materiais, bem como que os documentos de fls. 45/46, 51, 56 e 58/60 apresentam valores que não guardam nenhuma relação com o acidente



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

de trânsito objeto do processo. Por fim, aduz que não há provas de que os fatos causaram sofrimento ou constrangimento do autor.

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 265/267), aduzindo o acerto da sentença.

O Ministério Público apresentou parecer no sentido de que seja dado provimento do recurso de apelação (fl. 269), reiterando os argumentos apresentados no parecer de fls. 221/225.

É o relatório.

O inconformismo da autora não merece prosperar.

A controvérsia cinge-se a verificar a responsabilidade pelo acidente de trânsito narrado na inicial.

O autor Vinícius Ramão Neres, representado pelo seu pai Alex de Paula Neres, alega, em sua petição inicial (fls. 02/13), que, no dia 01/09/2007, estava no interior do estacionamento do supermercado União Serve, aguardando o seu pai e a sua madrasta colocarem as compras no veículo deles, quando, inesperadamente, o veículo marca VW – tipo Gol, que era conduzido pela ré, veio em sua direção, o que fez com que o seu pé esquerdo fosse atingido.

Acrescenta que a ré agiu com imprudência e



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

negligência, na medida em que não transitou dentro de um estacionamento do supermercado, onde havia inúmeras pessoas, sem o cuidado necessário.

Por sua vez, a ré afirma, em sua contestação (fls. 65/76), que não foi culpada pelo acidente, tendo em vista que se deparou, inesperadamente, com o autor na frente de seu carro, o que impediu ela de evitar que o carro passasse por cima do pé do menor, mesmo freando ele.

Pois bem.

A narrativa da dinâmica do acidente contida na petição inicial foi confirmada pela prova colhida nos autos.

Com efeito, o boletim de ocorrência, lavrado pela madrastra do autor, Sr<sup>a</sup> Lyriss Brandão Storti Neres, informa que a vítima estava parada próximo ao veículo, enquanto a compra estava sendo guardada no veículo, momento em que a ré, condutora do veículo VW/Gol, de placa CAC 0373, ingressou, sem as devidas cautelas, vindo a atropelar a vítima (fls. 19/20).

Ademais, foram juntadas aos autos as provas documentais das lesões sofridas em decorrência do acidente (fls. 21/45).

Em contrapartida, a ré não logrou demonstrar que não foi culpada pelo acidente em questão.

Em seu depoimento pessoal, a ré afirmou que:

(...) No estacionamento, considerando esse acesso, as vagas estão tanto do lado esquerdo quanto do lado direito. No dia do acidente, o estacionamento estava cheio. A vaga em que eu iria estacionar estava do meu lado direito. O meu carro era um Gol. A vaga estava longe do acesso. Eu entrei no estacionamento e fui reto. Estava cheio o local. Uma pessoa atrás de mim desocupou uma vaga. **Eu fui fazer o retorno, para poder pegar essa vaga. O menino estava próximo do carro dos pais dele. O carro dos pais dele não estava próximo dessa vaga que eu iria pegar, estava parado do lado direito do estacionamento, considerando sempre o acesso de ingresso. O carro dos pais dele era um Passat. Estavam o menino e os pais dele, só os três. Eu vi o menino parado, perto do carro dos pais. Não estava escuro. No momento em que eu passei perto do carro deles, o menino, na verdade, acho que começou a brincar ali. Eu acho que ele estava correndo. Eu vi ele correndo em direção ao meu carro. Nesse momento, eu brequei. O pé dele já estava perto da minha roda. Aí eu ouvi um grito, o pai dele gritou “para, para”. Aí, eu dei ré e fui ver o que aconteceu. O pé dele estava com uma queimadura. No momento em que eu freei, deve ter gastado um pouco a pele. (...) (fl. 125).**

Como se vê, a própria ré reconhece que não foi diligente o suficiente para evitar o evento, ao dizer que, no momento em que passou perto do carro dos pais do autor, viu que este “começou a brincar ali” e depois que ele “correndo em direção ao seu carro”. Ora, se ela viu, num primeiro momento, o autor brincando e depois o viu correndo em direção ao seu carro, é certo que ela teve tempo suficiente para parar o seu veículo, de modo a evitar o acidente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Resta claro, portanto, que a ré continuou movimentando o seu carro, mesmo sabendo que o autor vinha em sua direção, e só o parou quando o pai dele gritou “para, para”.

Não bastasse isso, o depoimento da única testemunha arrolada pela ré, Sr<sup>a</sup> Elidia Rocha da Fonseca, nada comprovou em favor dela, visto que ele está fundado em inverdades que retiram todo o seu valor probatório.

A propósito, vale destacar que a referida testemunha assegurou que estava acompanhando a ré na data dos fatos, mas, em seguida, disse que o acidente ocorreu “na entrada da casa dela”, ocasião em que “o menino passou na frente dela”, tendo o pai dele puxado “ele para trás”, o que contraria totalmente o conteúdo do próprio depoimento da ré.

Logo, deve prevalecer a versão do autor no sentido de que a ré agiu de forma imprudente, ao dirigir o seu veículo, no interior do estacionamento do supermercado, sem observar os cuidados exigidos a todo motorista que conduz veículo em local movimentado, o que acabou gerando o atropelamento do autor, do qual exsurge o dever de indenizá-lo, nos termos do arts. 186 e 927, do Cód. Civil.

Destarte, evidente que a ré não se desincumbiu do ônus do inciso II do artigo 333 do CPC, não provando oportunamente a existência do fato modificativo, extintivo ou



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

impeditivo do direito autoral.

Assim, correta a fundamentação da sentença que reconheceu a culpa exclusiva da ré pelo acidente descrito nos autos.

Quanto aos danos materiais, o juiz singular consignou, acertadamente, que os únicos recibos que dão conta do efetivo gasto no tratamento do menor são os de fls. 45 (R\$ 150,00), fls. 47 (R\$ 30,94), fls. 48 (R\$ 110,00) e fls. 58 (R\$ 70,00), motivo pelo qual não se faz necessária nenhuma consideração sobre os documentos de fls. 21/39, 46, 51, 56, 59 e 60, que sequer foram utilizados na fundamentação da condenação pelos danos materiais.

Ao contrário do que alega a ré, os documentos de fls. 45 e 58 guardam relação com o acidente de trânsito objeto do processo, inexistindo elementos aptos a infirmar a idoneidade deles.

O documento de fl. 45 se trata de recibo de enfermagem idôneo para a cobrança do valor nele descrito (R\$ 150,00), independentemente de conter ou não a descrição do serviço prestado.

Ademais, o documento de fl. 58 se trata de nota fiscal que contém a data de sua emissão (29/05/2008), que, aliás, correspondente ao período do tratamento.

No mais, o simples fato de o laudo da perícia





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

ortopédica de fls. 31 ter constatado que não resultou incapacidade permanente para o trabalho não tem o condão de afastar o pedido de danos materiais fundado nos gastos no tratamento do autor, diante da inexistência de relação de pertinência entre a incapacidade e os gastos do tratamento.

Por fim, em relação aos danos morais causados ao autor, estes são notórios e restaram bem comprovados.

No que diz respeito aos danos morais, insta frisar que esses se originam de ofensas aos atributos da personalidade, tais como, a honra, a imagem, o bom nome, a intimidade e a privacidade.

Sobre o tema, Carlos Alberto Bittar preleciona que:

“Qualificam-se como morais os danos em razão da esfera da subjetividade, ou do plano valorativo da pessoa na sociedade, em que repercute o fato violador, havendo-se, portanto, como tais aqueles que atingem os aspectos mais íntimos da personalidade humana (o da intimidade e da consideração pessoal, na autoestima), ou o da própria valoração da pessoa no meio em que vive e atua (o da reputação ou da consideração social, na estima social).”  
(Bittar, Carlos Alberto. Reparação civil pelos danos morais. 4ª ed. São Paulo: Saraiva: 2015, p 43)

No caso em tela, o autor foi acometido das sequelas referidas nos autos, bem como foi exposto, por tempo prolongado, a tratamento de saúde, o que causa dores e abalos atroz, ainda mais em pessoa de tenra idade, o que é suficiente para configurar



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

o dano moral.

Assim sendo, sob todos os ângulos que se analisa a questão, conclui-se que a sentença deve ser mantida sob os seus próprios fundamentos.

Isto posto, conheço e nego provimento ao recurso.

Kenarik Boujikian  
Relatora